

PARECER JURÍDICO

Processo Licitatório: Adesão Ata de Registro de Preço nº 02/2016 da Prefeitura Municipal de Vera/MT.

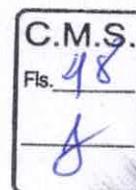
Interessada: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AEREAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP-MT

Por força de procedimento legal, veio a esta Assessoria Jurídica, para análise e emissão de parecer, o Processo em referência, que tem por objeto, contratação de Empresa, conforme especifica, a qual se da por adesão a Ata de Registro de Preço nº 02/2016 da Prefeitura Municipal de Vera/MT.

Versando sobre a possibilidade de a Administração Pública proceder a compras por meio de registro de preços, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece, em seu art. 15, as seguintes disposições:

*"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:
(...)"*



*II - ser processadas através de **sistema de registro de preços**;*

(...)

*§ 1º O registro de preços **será precedido de ampla pesquisa de mercado**.*

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

*§ 3º O sistema de registro de preços **será regulamentado por decreto**, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:*

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano. (...)."

(grifou-se)

Regulamentando o dispositivo legal retrocitado, o Decreto nº 7892/2013, em seu art. 22º, assim dispôs:

"Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador."



Em análise aos presentes autos, percebe-se que é mais vantajoso a adesão a ata em comento em relação as demais atas e cotações constante no processo, pois vislumbramos economia final de valor considerável aos cofres públicos.

E ainda, tendo o licitante vencedor, manifestado o interesse em atender as necessidades desta Casa de Leis e demonstrando o fornecedor a sua regularidade fiscal devidamente comprovada através das certidões pertinentes, as quais deveram fazer parte do processo.

Considerando, portanto, o cumprimento das exigências indispensáveis para que esta Câmara Municipal possa aderir à ata de registro de preço nº 02/2016 da Prefeitura Municipal de Vera/MT, manifesta-se esta Procuradoria Jurídica pela legalidade do processo em análise.

É o parecer

Sinop, 26 de julho de 2016.


Marcel Natari Vieira
OAB/MT 13422
Assistente Jurídico